



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 031/2018 - UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

**NÍVEL E (Nível Superior)  
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS**

**13 de maio de 2018**

**Nome:** \_\_\_\_\_ **Nº de Inscrição:** \_\_\_\_\_

**BOLETIM DE QUESTÕES**

**LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTES.**

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo Conhecimentos Básicos - 10 de Língua Portuguesa e 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 Somente será permitido ao candidato levar o seu Boletim de Questões, ao deixar em definitivo a sala de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 11 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14h30min e término às 18h30min**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 12 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

## LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

### Reencarnação

1 Em sua última vida (ao menos das que tivemos notícia), Peter Hulme era um simples funcionário  
2 de bingo em Birmingham, Inglaterra. No entanto, ele vivia às voltas com um sonho recorrente e dramático:  
3 nele, soldados que pareciam vindos do passado atacavam um castelo sempre inacessível. Hulme não  
4 nutria maior interesse por história e jurava não ter ideia da origem de suas visões. Em busca de uma  
5 resposta, nos anos 90, submeteu-se a sessões de hipnose. O resultado foi inusitado: concluiu que também  
6 tinha sido John Raphael, soldado escocês servindo a certo capitão Leverett na Escócia do século 17.

7 Parecia uma fantasia, mesmo porque inexistiam registros históricos de uma batalha na região e  
8 nas circunstâncias descritas por Hulme. Investigando por conta própria, ele e seu irmão Bob encontraram  
9 indícios da existência do castelo e, empolgados, resolveram viajar à Escócia em busca de provas. Contra  
10 todas as expectativas, recuperaram resquícios de batalha no local apontado por Hulme – e, mergulhando  
11 em documentos antiquíssimos, acharam documentos que comprovam a existência de um capitão Leverett  
12 e do próprio John Raphael. Com base nesses indícios, Peter Hulme afirmou até o fim da vida que suas  
13 memórias eram genuínas e ele era, de fato, a reencarnação de um soldado escocês. O caso de Hulme não  
14 está acima de dúvidas: historiadores apontam inconsistências e contradições nas memórias do suposto  
15 reencarnado. Mas o relato ilustra uma situação que ainda intriga a ciência: pessoas que juram recordar  
16 experiências de vidas passadas, em detalhes às vezes desconcertantes para os cientistas.

17 A ideia de uma consciência que sobrevive à morte e reencarna em novos corpos é quase tão antiga  
18 quanto a fé em divindades e surgiu de forma independente em inúmeras culturas ao redor do planeta. De  
19 todos os cantos do globo, encontrou na Ásia o terreno mais fértil. A ideia está tão arraigada nas crenças  
20 hinduístas e budistas que, em lugares como Índia e Sri Lanka, a reencarnação é vista como algo quase  
21 natural. Não é à toa que surgem de lá muito dos casos considerados mais sólidos pelos pesquisadores do  
22 tema – como o de Swarnlata Mishra, que desde os 3 anos recordava com riqueza de detalhes a vida de  
23 outra pessoa, chamada Biya e morta quase uma década antes.

24 A naturalidade com que Swarnlata tratava os integrantes de sua “outra” família, ao ponto de  
25 mencionar apelidos íntimos de gente que não conhecia pessoalmente, fez com que o caso virasse um  
26 clássico e deixa pesquisadores coçando a cabeça até hoje. Mesmo no mundo ocidental, uma boa parcela  
27 da população acredita em reencarnações, um interesse que aumentou em alguns países após o surgimento  
28 do espiritismo na França do século 19. Na Europa Ocidental, dados de 2006 apontam que 22% pensam  
29 que a reencarnação é uma realidade, enquanto nos EUA pesquisas falam em 20 a 25% de crença em vidas  
30 passadas. Nas cidades do Ocidente, em especial no Brasil, a doutrina espírita tem grande penetração, e  
31 manifestações religiosas recentes, como a cientologia, também levam as vidas passadas como parte de  
32 suas crenças.

33 A postura da ciência diante disso tudo é de ceticismo. A maioria dos cientistas trata os relatos de  
34 vidas passadas como frivolidades, frutos de autoindução ou fraudes. Além disso, não existe nenhum indício  
35 científico de que a “alma” exista ou de que ela possa sobreviver à morte do corpo (ela existiria de que forma  
36 entre uma encarnação e outra?). Mas é claro que alguns pesquisadores pensam diferente. Um dos mais  
37 destacados foi o psiquiatra Ian Stevenson, que dedicou mais de 40 anos ao estudo de quase 3 mil relatos  
38 de crianças ao redor do mundo. De acordo com Stevenson, a maioria das recordações infantis sobre vidas  
39 passadas envolve mortes violentas, com relatos iniciando entre 2 a 4 anos e quase sempre desaparecendo  
40 antes da adolescência. Ele também estudou sinais de nascença e tumores, dizendo que podiam relevar  
41 ferimentos sofridos em vidas anteriores. Em um estudo de 1992, Stevenson cita 49 casos onde foram  
42 localizados documentos médicos de pessoas que as crianças diziam ter sido em vidas anteriores. De  
43 acordo com o pesquisador, a correspondência entre ferimentos mortais e sinais físicos nos supostos  
44 reencarnados seria no mínimo satisfatória em 43 desses casos, 88% do total. No entanto, o próprio  
45 Stevenson admitia uma grave lacuna: seus estudos não mostram como seria possível uma consciência  
46 sobreviver à morte física e ingressar no corpo de outra pessoa. Seus livros são alvos de muitas críticas,  
47 que vão desde análise tendenciosa dos dados até uso de fontes não confiáveis, que já acreditavam em  
48 reencarnação antes dos supostos casos na família. Ou seja, não existiria evidência de reencarnação além  
49 de depoimentos dos próprios reencarnados ou de indícios que, mesmo intrigantes, podem ser meras  
50 coincidências.

51 Mas alguns aspectos de supostas vidas passadas ainda são desconcertantes para a ciência. É o  
52 caso, por exemplo, da xenoglossia, uma capacidade súbita que algumas pessoas manifestam de falar, com  
53 diferentes graus de fluência, línguas que deveriam desconhecer. Um dos casos mais marcantes é o de Iris  
54 Farczády, uma húngara de 16 anos que, no ano de 1933, passou a agir como uma espanhola de 41 anos  
55 chamada Lucía, morta anos antes. A suposta reencarnada esqueceu o húngaro natal e passou a falar  
56 espanhol fluente, nunca mais recuperando sua personalidade anterior. O caso está registrado no livro

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

57 *Paranormal Experience and Survival of Death* (“Experiência paranormal e sobrevivência da morte”, sem  
58 tradução para o português), de Carl Becker, professor de ética médica da Universidade de Kyoto. Para a  
59 maioria dos cientistas, a história de Iris (ou Lucía) não passa de mais um caso de almanaque, mas há quem  
60 acredite que a comprovação científica da xenoglossia seria a prova definitiva de que a reencarnação é uma  
61 realidade. É viver (uma ou mais vezes) para crer.

NATUSCH, Igor. *Reencarnação. Dossiê Superinteressante - Sobrenatural: o lado oculto da realidade.*

Edição 383-A, dez. 2017.

- 1 O texto de Igor Natusch aborda a “reencarnação” sem, contudo, se comprometer com a sua existência. Verifica-se esse fato em trechos como
- (A) “*Hulme não nutria maior interesse por história e jurava não ter ideia da origem de suas visões.*” (linhas 3 e 4)  
(B) “*De todos os cantos do globo, encontrou na Ásia o terreno mais fértil.*” (linhas 18 e 19)  
(C) “*Mesmo no mundo ocidental, uma boa parcela da população acredita em reencarnações...*” (linhas 26 e 27)  
(D) “*Nas cidades do Ocidente, em especial no Brasil, a doutrina espírita tem grande penetração...*” (linha 30)  
(E) “*Mas alguns aspectos de supostas vidas passadas ainda são desconcertantes para a ciência.*” (linha 51)
- 2 Em relação à ciência, infere-se da leitura do texto que
- (A) todos os cientistas duvidam da existência da reencarnação.  
(B) nenhum cientista se dedica a pesquisar esse assunto.  
(C) todos os fatos alegados como prova da reencarnação são passíveis de serem refutados pela ciência.  
(D) os indícios de vidas passadas, como sinais de nascença e tumores, são provas científicas da reencarnação.  
(A) a xenoglossia é prova definitiva de que a reencarnação é uma realidade.
- 3 De acordo com o texto, a crença em reencarnação
- (A) é recente na história da humanidade.  
(B) é rejeitada por hinduístas e budistas.  
(C) não encontrou espaço no mundo ocidental.  
(D) é antiga e surgiu de forma independente em diferentes culturas.  
(E) apareceu com o surgimento do espiritismo na França do século 19.
- 4 A palavra que, no texto, pode ser substituída por **enraizado/a (s)** sem prejuízo para o significado é
- (A) recorrente (linha 2).  
(B) fértil (linha 19).  
(C) arraigada (linha 19).  
(D) genuínas (linha 13).  
(E) físicos (linha 43).
- 5 O trecho “*Contra todas as expectativas, ...*” (linhas 9 e 10) leva a compreender que
- (A) as provas encontradas por Hulme frustraram os espectadores.  
(B) os achados de Hulme foram de encontro ao que se podia esperar.  
(C) as provas encontradas por Hulme eram falsas.  
(D) o resultado da investigação de Hulme foi ao encontro do que era esperado.  
(E) as descobertas de Hulme estão acima de qualquer suspeita.
- 6 No trecho “*A postura da ciência diante disso tudo é de ceticismo.*” (linha 33), o termo *ceticismo* significa
- (A) crítica.  
(B) indiferença.  
(C) comprometimento.  
(D) certeza.  
(E) dúvida.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 7 Peter Hulme afirmava ter sido, em vida passada, um/a
- (A) funcionário de bingo.
  - (B) soldado escocês.
  - (C) húngara de 16 anos.
  - (D) capitão escocês.
  - (E) espanhola de 41 anos.
- 8 Há quem acredite que, para comprovar cientificamente a existência da *reencarnação*, a ciência precisaria
- (A) refutar a afirmação de que a alma existe e pode sobreviver à morte do corpo.
  - (B) mostrar que as visões de Peter Hulme eram pura fantasia.
  - (C) provar que as recordações de Swarnlata Mishra eram falsas.
  - (D) mostrar que a correspondência entre ferimentos mortais e sinais físicos nos supostos reencarnados é insatisfatória.
  - (E) comprovar que os casos de *xenoglossia*, como o de Iris Farczády, são verdadeiros.
- 9 Em relação ao aumento de interesse pela reencarnação no mundo ocidental, é correto afirmar que
- (A) decorre do desenvolvimento da cientologia.
  - (B) ocorreu após o surgimento do espiritismo na França.
  - (C) foi ocasionado pela implantação do espiritismo no Brasil.
  - (D) se deu em razão do aumento de crenças em vidas passadas nos EUA.
  - (E) ocorreu em todos os países, uma vez que a reencarnação é vista como algo natural.
- 10 A expressão idiomática *coçando a cabeça*, que aparece no trecho “*deixa pesquisadores coçando a cabeça até hoje*” (linha 26), informa que os cientistas
- (A) continuam duvidando da existência da reencarnação.
  - (B) continuam intrigados com o caso de Swarnlata.
  - (C) consideram impossível comprovar os relatos de Swarnlata.
  - (D) comemoram os resultados das pesquisas sobre reencarnação.
  - (E) ficam surpresos até hoje diante da naturalidade dos relatos de Swarnlata.

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 11 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a vacância do cargo público dar-se-á por
- (A) I – exoneração; II – demissão; III – readaptação; IV – aposentadoria; V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – falecimento.
  - (B) I – exoneração; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; VI – posse em outro cargo inacumulável; e VII – falecimento.
  - (C) I – exoneração; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – falecimento.
  - (D) I – exoneração; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; e VI – falecimento.
  - (E) I – exoneração; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; e VI – posse em outro cargo inacumulável.
- 12 Contempla a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, que a remoção é o deslocamento do servidor,
- (A) a pedido, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
  - (B) de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
  - (C) a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
  - (D) a pedido ou de ofício, não obrigatoriamente no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
  - (E) a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com mudança de sede, exclusivamente.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 13 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, além da licença por motivo de doença em pessoa da família e para tratar de interesse particulares, outras licenças também poderão ser concedidas ao servidor:
- (A) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação; e V – para desempenho de mandato classista.
  - (B) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para atividade política; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
  - (C) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
  - (D) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; e IV – para desempenho de mandato classista.
  - (E) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação.
- 14 Além de ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, e retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição, conforme determina a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, existem outras proibições, tais como:
- (A) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII - guardar sigilo sobre assunto da repartição.
  - (B) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
  - (C) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
  - (D) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
  - (E) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 15 Em conformidade com o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é vedado ao servidor público:
- (A) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; VIII – iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos; dentre outros.
- (B) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstenendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos.
- (C) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.
- (D) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível, com critério, segurança e rapidez, mantendo tudo sempre em boa ordem.
- (E) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.

- 16 Além da advertência, suspensão e demissão, de acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, existem outras penalidades disciplinares, como:
- (A) I – cassação de aposentadoria ou disponibilidade; e II – destituição de cargo em comissão.
  - (B) I – destituição de cargo em comissão; e II – destituição de função comissionada.
  - (C) I – cassação de aposentadoria ou disponibilidade; e II – destituição de função comissionada.
  - (D) I – cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
  - (E) I – cassação de aposentadoria ou disponibilidade; II – destituição de cargo em comissão; e III – destituição de função comissionada.
- 17 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Para fins deste Decreto, são instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal:
- (A) I – plano bianual de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; tão-somente.
  - (B) I – plano trianual de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; e III – sistema de gestão por competência.
  - (C) I – plano semestral de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; e III – sistema de gestão por competência.
  - (D) I – plano anual de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; e III – sistema de gestão por competência.
  - (E) I – plano mensal de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; e III – sistema de gestão por competência.
- 18 O Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dentre outras finalidades, este Decreto contempla o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento, que terá por objetivo:
- (A) I – contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; e II – capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública, somente.
  - (B) I – contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; e II – capacitar o servidor para o exercício de atividade de forma articulada com a função social da IFE, somente.
  - (C) I – contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; II – capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e III – capacitar o servidor para o exercício de atividade de forma articulada com a função social da IFE.
  - (D) I – capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e II – capacitar o servidor para o exercício de atividade de forma articulada com a função social da IFE, somente.
  - (E) I – capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e II – capacitar o servidor técnico-administrativo, docente, discente e integrantes da comunidade circunvizinha, para o exercício de atividade de forma articulada com a função social da IFE.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 19 De acordo com a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências, para todos os efeitos desta Lei, aplicam-se os seguintes conceitos:
- (A) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições; III – padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação; IV – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; V – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; e VI – ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal, exclusivamente.
- (B) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições; III – padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação; IV – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; V – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; VI – ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal; e VII – usuários: pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal de Ensino que usufruem direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados.
- (C) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições; III – padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação; IV – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; V – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; e VI – usuários: pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal de Ensino que usufruem direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados, exclusivamente.
- (D) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições; III – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; IV – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; V – ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal; e VI – usuários: pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal de Ensino que usufruem direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados, exclusivamente.
- (E) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação; III – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; IV – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; V –

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal; e VI – usuários: pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal de Ensino que usufruem direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados, exclusivamente.

- 20 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. No atendimento aos usuários dos serviços públicos, os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observarão as seguintes práticas:
- (A) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos congêneres; e III – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente.
  - (B) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; e II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos, exclusivamente.
  - (C) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; e II – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente, exclusivamente.
  - (D) I – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e II – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente, exclusivamente.
  - (E) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; II – sem a necessidade de padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e III – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

- 21 Nos debates mais contemporâneos, compreende-se que a finalidade da educação é “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Esta referência traduz a seguinte concepção de educação presente na Lei n. 9.394/1996:
- (A) Educação diz respeito ao processo educativo escolar, nas instituições formais de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvido nas diversas instituições da sociedade civil.
  - (B) Educação abrange os processos formativos formais que se desenvolvem nas instituições escolares oficiais, conveniadas e comunitárias, com uma base legal e institucional aprovada pelos órgãos dos sistemas de ensino.
  - (C) Educação é aquele processo normatizado pela legislação que define o vínculo entre a escola e o mundo do trabalho e prática social, formando sujeitos plenos de direitos e preparados para o exercício profissional.
  - (D) Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.
  - (E) Educação é o processo de formação do sujeito que se encerra na família, na escola, no bairro, nas instituições sociais e no mercado de trabalho.
- 22 Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996), a educação escolar brasileira é composta pelos seguintes níveis:
- (A) Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.
  - (B) Educação Básica e Educação Superior.
  - (C) Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional.
  - (D) Educação Básica, Educação Especial e Educação Superior.
  - (E) Educação Fundamental, Ensino Médio e Educação Superior.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 23 De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/1996, constitui um dos princípios da Educação Nacional:
- (A) Proselitismo educacional.
  - (B) Oferta de vagas exclusivas para instituições públicas de ensino.
  - (C) Valorização exclusiva das experiências intraescolares.
  - (D) Progressiva obrigatoriedade e gratuidade da educação superior.
  - (E) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
- 24 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996) apresenta o conceito de educação como um direito, que pode ser compreendido como
- (A) civil, quando garante a plena permanência dos sujeitos no processo escolar.
  - (B) político, pois permite a ampla participação do sujeito nos processos sociais.
  - (C) natural, pois ao nascer o sujeito já o tem garantido.
  - (D) público subjetivo, pois afirma o sujeito como cidadão pleno de direitos individuais e coletivos.
  - (E) administrativo, pois o sujeito tem o direito ao ingresso às estruturas administrativas das instituições de ensino.
- 25 De acordo com o Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004, a Educação Profissional, modalidade prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96, será desenvolvida em
- (A) cursos em nível médio e programas de qualificação profissional.
  - (B) cursos técnicos em nível médio; cursos concomitantes ao ensino médio e cursos tecnológicos subsequentes.
  - (C) formação inicial e continuada para aqueles que já concluíram o ensino médio e programas de educação profissional integrada.
  - (D) formação em nível médio técnico e tecnológico e formação em nível superior profissionalizante.
  - (E) formação inicial e continuada de trabalhadores; educação técnica em nível médio; educação tecnológica de graduação e pós-graduação.
- 26 O Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) tem ocupado lugar de destaque nos debates educacionais contemporâneos. Em relação a algumas estratégias para a educação superior nele contidas, é correta a seguinte alternativa:
- (A) Estabelecer estratégias para concentrar a oferta de vagas nos períodos matutino e vespertino nas IES, evitando o desperdício de vagas ociosas no noturno.
  - (B) Fortalecer ações para a realização de exames vestibulares específicos no sentido de valorizar as questões locais e regionais.
  - (C) Expandir atendimento específico às populações do campo e comunidades indígenas e quilombolas, em relação ao acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nesses territórios.
  - (D) Vincular os programas de extensão apenas aos cursos de pós-graduação ofertados pelas Instituições de Ensino Superior – IES.
  - (E) Consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito exclusivamente internacional, tendo em vista as suas demandas.
- 27 Com relação às determinações contidas na LDB/1996 para à Educação a Distância na estrutura da educação nacional, é correto afirmar que
- (A) a mediação didático-pedagógica e as atividades educativas são desenvolvidas em lugares ou tempos fixos.
  - (B) é um nível da educação superior.
  - (C) sua validação normativa está sempre atrelada à oferta conjugada com a educação presencial como critério de referência e qualidade.
  - (D) é adequada apenas aos cursos de pós-graduação.
  - (E) é uma modalidade da educação nacional.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 28 As Instituições de Educação Superior consolidaram a política de Extensão Universitária com base no seguinte conceito:
- (A) Atividade extracurricular que promove uma formação acadêmica diversificada direcionada aos interesses do(a) aluno(a).
  - (B) Processo de participação comunitária realizada exclusivamente pelo discente durante o curso de graduação que oportuniza a socialização dos seus conhecimentos teóricos.
  - (C) Processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.
  - (D) Movimento de troca de saberes entre os cursos de graduação e pós-graduação que permite a formação interdisciplinar do discente.
  - (E) Atividade extracurricular que articula no currículo do curso as fases de formação acadêmica por meio de encontros, congressos e outros eventos.
- 29 A Política Nacional de Avaliação da Educação brasileira foi instituída em 1995 e é constituída pelos seguintes processos de avaliação de desempenho escolar:
- I Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes – PISA.
  - II Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA.
  - III Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB.
  - IV Avaliação Nacional do Rendimento no Ensino Escolar – ANRESC.
  - V Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.
- Estão corretos
- (A) I, II, IV e V, somente.
  - (B) II, III, IV e V, somente.
  - (C) I, III, IV e V, somente.
  - (D) III, IV e V, somente.
  - (E) I, II, III e IV, somente.
- 30 Em relação ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), é correto afirmar que
- (A) avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação e pós-graduação lato sensu, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação.
  - (B) um dos seus objetivos é o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação específica e à qualidade da vida da pessoa avaliada.
  - (C) a periodicidade máxima da sua avaliação é quinquenal para cada área do conhecimento.
  - (D) um dos seus objetivos é avaliar o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial para sua atuação profissional.
  - (E) não é obrigatório e a situação de regularidade do estudante no Exame deve constar em seu histórico escolar.
- 31 Nos processos de avaliação do ensino e da aprendizagem, baseados em premissas participativas, é correto afirmar que
- (A) o processo deverá seguir a programação dos conteúdos estabelecidos, promovendo atividades que podem fixar e acelerar a aquisição de conhecimentos necessários para aferição do aprendizado.
  - (B) o processo de avaliação deverá ser flexível para que possa mover-se diante de novos conteúdos a serem tratados, cuidando para respeitar o calendário de provas estabelecido, especialmente os processos dos exames nacionais.
  - (C) o processo de aprendizagem do aluno será acompanhado cotidianamente pelo professor, para que este possa seguir a programação e o planejamento feito antes do início das aulas.
  - (D) o processo de avaliação deverá ser contínuo, respeitando tempos e percursos de aprendizagem, valorizando os movimentos e as descobertas dos alunos e iniciativas inovadoras dos professores.
  - (E) a proposta de uma avaliação participativa exige uma nova concepção de educação que flexibilize os tempos do aprender, mas diminua os grupos heterogêneos em sala de aula.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 32 No âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e da regulação dos cursos de graduação no País, prevê-se que os cursos sejam avaliados periodicamente por três tipos de avaliação:
- (A) A validação do Projeto do Curso, o reconhecimento, e a renovação do reconhecimento.
  - (B) A validação do Projeto do Curso, a avaliação preliminar para autorização, a renovação da autorização de curso.
  - (C) A autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento.
  - (D) A validação do reconhecimento, a solicitação de curso novo e a renovação na segunda metade do curso.
  - (E) A avaliação preliminar, ENADE, visita in loco.
- 33 Para o processo de regularização de um curso superior nas instâncias universitárias, é necessário que seja elaborado seu Projeto Pedagógico do Curso. Este documento deverá respeitar as orientações advindas das Diretrizes Curriculares Nacionais
- (A) da Educação Básica.
  - (B) dos Cursos de Graduação.
  - (C) da Educação Superior e Profissional.
  - (D) para Formação de Professores.
  - (E) dos Cursos de Formação Técnica e Tecnológica.
- 34 A proposta curricular de um curso de graduação, a partir de uma análise sistêmica e global, deve dar conta dos seguintes aspectos fundamentais:
- (A) Flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática.
  - (B) Flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, carga horária somente das disciplinas teóricas (em horas), articulação da teoria com a prática.
  - (C) Flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total dos estágios (em horas), articulação com eventos e instituições internacionais.
  - (D) Flexibilidade, foco disciplinar e específico com a área do curso, acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação entre as ações práticas desenvolvidas no decorrer do Curso.
  - (E) Interdisciplinaridade, rigidez curricular, acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária parcial dos estágios (em horas), articulação da teoria com a prática.
- 35 Na estrutura e funcionamento da educação superior, a autonomia universitária, como prerrogativa constitucional, deve ser exercida nas seguintes dimensões:
- (A) Gestão financeira, acadêmico-científica e política.
  - (B) Financeira, patrimonial e curricular.
  - (C) Administrativa, didático-científica e curricular.
  - (D) Institucional, gestão financeira e patrimonial.
  - (E) Didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.
- 36 A gestão e a coordenação de processos educacionais desenvolvidos pelos profissionais da Pedagogia ou Técnicos em Assuntos Educacionais devem ter como base para a sua ação:
- (A) Promover todas as condições, os meios e os recursos didáticos necessários ao ótimo funcionamento da escola e do trabalho em sala de aula.
  - (B) Garantir a realização plena da aprendizagem de todos os alunos, direcionando os docentes e discentes para a realização de atividades educacionais baseadas nos acúmulos cognitivos com prioridade.
  - (C) Estimular a ação pedagógica com base no alcance pleno das metas educacionais estabelecidas pelos indicadores de produtividade da educação escolar.
  - (D) Promover a participação das pessoas envolvidas, executar o acompanhamento e a avaliação dessa participação, tendo como referência os objetivos da aprendizagem e do projeto educacional da instituição.
  - (E) Efetivar ações estratégicas para o alcance dos objetivos escolares, em conformidade com as determinações dos organismos internacionais de financiamento da educação.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 37 De acordo com as teorias recentes sobre a gestão educacional, é possível afirmar que o modelo racional burocrático de gestão se fundamenta nas seguintes dimensões:
- (A) a participação fluída, a partir das preferências das pessoas de fora da organização; a falta de clareza e compreensão dos processos organizacionais por parte dos membros da instituição; a hierarquia na organização formal.
  - (B) a certeza e a pretensa infalibilidade dos princípios normativos; a rigidez das leis e dos regulamentos; a racionalidade que deve acentuar o consenso, unidade, hierarquia, estabilidade, integração e a objetividade.
  - (C) a hierarquia na organização formal; objetivos e preferências com certo grau de inconsistência; a busca permanente de invenções e criações pragmáticas para atender às necessidades da instituição.
  - (D) a racionalidade que deve acentuar o consenso, unidade, estabilidade, integração, e a objetividade; a participação fluída, a partir das preferências das pessoas de fora da organização; e a rigidez das leis e dos regulamentos.
  - (E) a falta de clareza e compreensão dos processos organizacionais por parte dos membros da instituição; a incerteza e a pretensa infalibilidade dos princípios normativos; a hierarquia na organização formal.
- 38 Sobre a gestão e coordenação de processos educacionais a partir de uma concepção democrática, analise as afirmativas seguintes.
- I As ações de gestão devem estar centralizadas nas dimensões administrativa e financeira da escola, de modo a instrumentalizar a gerência das ações e decisões.
  - II A gestão é o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, em articulação com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seu projeto político-pedagógico.
  - III A gestão escolar deve ser compromissada com os princípios da democracia, da participação e do compartilhamento das decisões.
  - IV A gestão atualmente é um processo de tomada de decisões conjunta e de efetivação de resultados, com acompanhamento e avaliação dos encaminhamentos dados.
  - V A gestão escolar deve estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar a cultura das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, de modo a atingir os objetivos da escola.

Estão corretas

- (A) I, II, III e IV, somente.
  - (B) I, III, IV e V, somente.
  - (C) II, III, IV e V, somente.
  - (D) I, II, III e V, somente.
  - (E) I, II, IV e V, somente.
- 39 Destaca-se como importância do Projeto Político-Pedagógico, enquanto instrumento de planejamento, a seguinte compreensão:
- (A) Oferecer um alto grau de certeza e objetividade às ações, prescindindo de processo de avaliação contínua.
  - (B) Ser um plano que prevê todas as necessidades do processo educativo escolar, afastando possibilidades de ações emergenciais.
  - (C) Constituir um processo de racionalização técnico-burocrática dos meios e dos recursos materiais e financeiros da escola.
  - (D) Requerer um diagnóstico real, a partir do qual se estabelecem metas, estratégias, ações, com prazos e equipes envolvidas, para o alcance dos objetivos que se quer alcançar.
  - (E) Contribuir administrativamente com o exercício de uma gestão centrada no alcance de objetivos de aprendizagem e nas metas de melhoria dos indicadores educacionais.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 40 No processo de elaboração participativa dos Planos de Desenvolvimento Institucional e de Projetos Pedagógicos de Cursos, alguns elementos essenciais devem ser observados, dentre os quais o(a)
- (A) previsão de necessidades; a enumeração prévia da totalidade dos diversos desdobramentos e impactos das ações estabelecidas; a determinação apenas de objetivos; e a construção de uma proposta de avaliação da aprendizagem.
  - (B) definição de um diagnóstico; o estabelecimento de diretrizes; a elaboração de objetivos e metas; e a construção de uma proposta de avaliação institucional.
  - (C) estabelecimento de diretrizes delineadas a partir do conhecimento científico e somente das direções superiores; a elaboração de objetivos e metas; e a determinação de prazos e etapas definidas.
  - (D) conhecimento da realidade interna da organização, das suas urgências, necessidades e tendências; o estabelecimento de diretrizes delineadas do conhecimento científico e somente das direções superiores; e as dimensões estéticas das pessoas da/na organização.
  - (E) definição de um diagnóstico que observe o todo, sem deter-se nas particularidades e especificidades da organização; o estabelecimento de diretrizes; a elaboração somente de metas; e a construção de uma proposta de avaliação da aprendizagem.
- 41 A formação cidadã dos sujeitos na escola, a partir da lógica da educação em direitos humanos, deverá atender a determinados princípios. Quanto a esses princípios, analise as afirmativas seguintes.
- I Promover a apreensão de conhecimentos técnicos sobre direitos humanos estabelecidos em nível internacional.
  - II Afirmar valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos e promovam uma cidadania ativa.
  - III Desenvolver processos metodológicos participativos e de construção coletiva, com linguagens e materiais didáticos contextualizados.
  - IV Fortalecer práticas individuais e coletivas que gerem ações em favor da promoção, proteção e defesa dos direitos humanos.
  - V Promover a formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente no âmbito cognitivo, social, cultural e político.

Estão corretas

- (A) II, III, IV e V, somente.
- (B) I, II, III e IV, somente.
- (C) I, III, IV e V, somente.
- (D) I, II, III, e V, somente.
- (E) I, II, IV e V, somente.

- 42 De acordo com as contribuições das Teorias Críticas, o currículo deve obedecer a determinados princípios. Quanto a esses princípios, analise as afirmativas seguintes.

- I Ter como critério na sua organização a produção de um tempo escolar acolhedor e flexível que se aproxime cada vez mais da dimensão complexa das temporalidades humanas.
- II Valorizar a importância do conhecimento científico traduzido para o desenho escolar, tendo como foco prioritário os acúmulos históricos e científicos que caracterizam os conteúdos escolares.
- III Reconhecer que a não valorização dos saberes e das práticas sociais dos(as) educandos(as) no currículo descarta a experiência social destes e provoca seu distanciamento da escola.
- IV Valorizar o convívio com a diferença (e com os diferentes) e construir relações que se pautem no respeito, na igualdade social, na igualdade de oportunidades e no exercício de uma prática e postura democráticas.
- V Resgatar as lutas históricas dos movimentos sociais que têm por fundamento uma identidade cultural (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, entre outros) e que reivindicam um reconhecimento de sua história e sua diferença.

Estão corretas

- (A) I, II, III e IV, somente.
- (B) II, III, IV e V, somente.
- (C) I, III, IV e V, somente.
- (D) I, II, IV e V, somente.
- (E) II, IV e V, somente.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 4.3 No debate educacional contemporâneo, o Plano Nacional de Educação/2014 constitui um dos marcos legais de grande importância no cenário educacional. No que se refere ao funcionamento da educação superior, constitui uma das metas do referido Plano
- (A) estabelecer, em nível nacional, diretrizes curriculares que assegurem a flexibilidade curricular nos cursos oferecidos pelas instituições de educação superior federais.
  - (B) elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta.
  - (C) assegurar, parcialmente, a autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira das Instituições de educação superior.
  - (D) institucionalizar um sistema de avaliação interna e externa, que verifique a qualidade do ensino, da pesquisa e da gestão acadêmica, exclusivamente das IES (Instituições de Educação Superior) públicas.
  - (E) estimular a ampliação da oferta da pós-graduação e da pesquisa, dobrando anualmente o número de pesquisadores qualificados.
- 4.4 Nos Cursos de Pós Graduação, há determinadas atribuições da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Quanto a essas atribuições, analise as afirmativas seguintes.
- I Atua no acompanhamento e avaliação da pós-graduação stricto sensu.
  - II Promove o acesso e divulgação da produção científica e a cooperação científica nacional e internacional.
  - III Realiza investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior.
  - IV Passou a atuar na indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.
  - V Tem como atividade primordial a promoção da qualificação dos cientistas das áreas de inovação industrial, técnica e tecnológica.

Estão corretas

- (A) I, II e V, somente.
  - (B) II, III, IV e V, somente.
  - (C) I, II, III, IV, somente.
  - (D) II, III e V, somente.
  - (E) I, II e III, somente.
- 4.5 Sobre os cursos de pós-graduação, é correto afirmar:
- (A) A defesa em cursos de mestrado constitui uma prerrogativa necessária e condicionante ao ingresso em cursos de doutorado.
  - (B) Somente os cursos de mestrado podem ser organizados pelas instituições sob a modalidade de cursos profissionais.
  - (C) Os cursos de mestrado e doutorado não se diferenciam pela duração, nem pela natureza do trabalho de conclusão apresentado.
  - (D) Os processos de avaliação da pós-graduação brasileira estão sob a responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
  - (E) Os cursos de mestrado e doutorado são orientados ao desenvolvimento da produção intelectual comprometida com o avanço do conhecimento e de suas interfaces com o bem econômico, a cultura, a inclusão social e o bem-estar da sociedade.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 46 A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva objetivou assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir determinados direitos a essa população. Quanto a esses direitos, analise os itens seguintes.
- I Acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino.
  - II Transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior.
  - III Oferta do atendimento educacional especializado para aqueles que podem arcar com os custos desse atendimento.
  - IV Formação inicial e continuada de professores para o atendimento educacional especializado.
  - V Acessibilidade arquitetônica nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação e articulação intersetorial na efetividade de políticas públicas.

Estão corretos

- (A) I, II e IV, somente.
- (B) I, III e V, somente.
- (C) III, IV e V, somente.
- (D) I, II, IV e V, somente.
- (E) I, III, IV e V, somente.

- 47 A elaboração de um PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) é atividade obrigatória determinada pelo Decreto MEC n. 5.773, de 9 de maio de 2006. O referido documento tem como função

- (A) ser um instrumento estratégico de médio e longo prazo para a instituição trilhar e assim cumprir sua missão de produzir, socializar e transformar o conhecimento em bens para a sociedade.
- (B) estimular a comunidade universitária em ver suas expectativas, ideais e sugestões contempladas em rubricas orçamentárias que serão executadas anualmente.
- (C) constituir-se em um instrumento de planejamento para a administração superior da universidade seguir ao longo de seu período de gestão.
- (D) ser um documento em que devem constar todos os objetivos, metas e estratégias com a definição dos setores e servidores da universidade que deverão executá-lo.
- (E) mobilizar a sociedade para apresentar suas demandas à Universidade a fim de que ela possa direcionar suas atividades de ensino-pesquisa-extensão na direção do seu atendimento.

- 48 Na avaliação institucional das Instituições de Educação Superior, as análises sobre a questão dos egressos estabelecem que

- (A) os egressos não são considerados como elementos da avaliação, pois não estão matriculados, portanto não devem e não podem ser incorporados no diagnóstico das instituições.
- (B) os egressos não são citados em qualquer normativa ou orientação dos processos de avaliação institucional das IES.
- (C) o diagnóstico deve concentrar-se apenas e exclusivamente nos aspectos internos das IES, não englobando os egressos.
- (D) os egressos devem ser considerados somente para a diagnose das IES, tendo em vista o que está prescrito no Parágrafo Único do Art. 51, da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases).
- (E) os egressos são uma dimensão importante e recomendada para a elaboração de um diagnóstico amplo e global das IES.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 49 Sobre as diferentes formas de disponibilização e uso adequado das tecnologias de informação e comunicação no âmbito educacional, é correto afirmar que
- (A) criam possibilidades de um trabalho que vise, prioritariamente, elaborar estratégias de jogos e diversão nos espaços educativos.
  - (B) possibilitam a divulgação de posições pessoais, que se revelam como verdadeiras e com fundamentos científicos.
  - (C) geram aspectos positivos, pois o mérito cognitivo e a reprodução de conhecimentos ganham relevância.
  - (D) provocam transformações nas formas de organização do tempo, do espaço, das formas de comunicação e nas relações internas e externas das unidades educativas.
  - (E) afirmam os conteúdos disciplinares, voltados para si mesmos, como os mais fundamentais e necessários na atualidade.
- 50 Sobre a efetividade das articulações entre processos educativos e tecnologias educacionais, com base em uma visão social e inclusiva, é correto afirmar que essas articulações
- (A) atendem à cronologia dos tempos e conhecimentos das pessoas, respeitando a visão de ser humano que primeiro brinca, depois estuda, depois trabalha e depois se aposenta, fazendo sua retirada para a inutilidade, para dar lugar a outros mais jovens e vigorosos.
  - (B) estruturaram as condições para alcançar dinâmicas com os novos enfoques sobre a questão de conhecimentos a trabalhar, afinal a cabeça bem cheia e bem feita é um importante paradigma moderno para a concorrência no mundo do trabalho.
  - (C) consolidam a ordenação de áreas especializadas, definindo com cada vez maior profundidade as fronteiras e os estatutos científicos de cada área para assim facilitar as reflexões sobre os temas, problemas, questões da complexa realidade contemporânea.
  - (D) percebem que o grande desafio não é só introduzir novas tecnologias com o conjunto das transformações que isso implica, por exemplo, nos processos educativos, mas também assegurar que as transformações sejam fonte de oportunidades para amplos segmentos da sociedade.
  - (E) Apostam na ampliação dos estoques individuais de conhecimentos, para dar conta das inúmeras demandas e interações, reduzindo a importância relativa das metodologias e do aprender a “navegar”.